

Os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas na constituição de organizações femininas.¹

Priscila Greyce do Amaral Gomes (UECE/Ceará)

Joubert Max Maranhão Piorsky Aires (UECE/Ceará)

Palavras-chave: Organizações Femininas, Mulheres Indígenas e Etnicidade.

Neste trabalho, analisamos a intensificação da participação das mulheres indígenas no movimento indígena no Brasil até a formação de organizações políticas com recorte de gênero. Desta forma, temos por objetivo apresentar a sociogênese de organizações indígenas femininas fazendo um caminho passando pelo Departamento de Mulheres Indígenas da Articulação de Povos e organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gérias e Espírito Santo (APOINME) até chegar no Ceará.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES INDÍGENAS

Nos anos de 1970 e 1980, as mulheres indígenas, que exerceram o papel de lideranças em suas localidades, ocuparam cargos na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e se fizeram ouvir por algumas instituições internacionais, tais como, a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad), a Oxfam, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), entre outras (VERDUM, 2008).

As mulheres indígenas, na década de 1980, intensificaram sua participação em reuniões políticas tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Sua participação destacou-se quando fizeram parte das discussões e de campanhas reivindicatórias mais gerais tais como o direito territorial, a saúde, a educação escolar diferenciada, a autodeterminação sobre o uso dos recursos naturais. Os espaços políticos dos quais elas participavam enriqueciam-se com as pautas específicas por elas colocadas, tais como a saúde reprodutiva das mulheres, a violência familiar e interétnica, a soberania alimentar e a participação nas decisões políticas (VERDUM, 2008).

Na década de 1980, surgiram as duas primeiras organizações de mulheres indígenas na Amazônia, a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

(AMITRUT) (SACCHI, 2003). Ortolan Matos (2012) apresenta o surgimento específico da AMARN que antes de sua fundação existiu um movimento dos salesianos² sob responsabilidade de freiras em agrupar mulheres indígenas em oficinas para fazer artesanato a ser comercializado em Manaus e com envio garantido pelas missionárias. Em troca dessa produção artesanal as mulheres receberiam roupas usadas. A comercialização era responsabilidade da Igreja. A autora afirma que ao pesquisar sobre isso hoje, constatou que a comercialização de toda a produção e venda do artesanato é de responsabilidade de organizações indígenas gerenciada pelas mulheres. Desta forma, é preciso considerar o papel de agentes, capazes de tomarem iniciativas que as posicionassem de acordo com seus interesses nessas relações interétnicas urbanas. Esse associativismo feminino além de garantir renda, viabilizou discussões como a participação de mulheres no movimento indígena e a especificidade das demandas femininas (ORTOLAN MATOS, 2012).

Ortolan Matos, afirma que na década de 1990, aconteceu uma reorientação na política indigenista no Estado brasileiro e surgiram inúmeras organizações indígenas de diferentes perfis, tais como associações econômicas e políticas, organizações étnicas e pluriétnicas. Elas tinham por objetivo atuar na elaboração e gestão de projetos nas Terras Indígenas. Nas situações mais recentes o movimento defende a necessidade de fazer arranjos políticos para o fortalecimento de suas próprias organizações. A autora apresentou que nessa trajetória histórica, a participação de mulheres no movimento indígena caracterizou-se com intencionalidades e significações diferenciadas em relação às mobilizações de líderes masculinos.

Durante a década de 1990, também, aconteceu no Brasil a terceira onda do movimento feminista³, que criticou a agenda política centrada na mobilização de mulheres brancas. O movimento de mulheres começou a se articular com outros

² De acordo com Ortolan Matos (2012), esse projeto dos salesianos tinham atividades para os homens ligada a carpintaria e marcenaria e às mulheres a produção artesanal.

³ Matos *apud* Pinto (2003) relata a existência de três grandes momentos (ou ondas) do feminismo brasileiro: o primeiro teria se expressado na luta pelo voto no âmbito do movimento sufragista, numa luta pelo direito ao voto, luta, portanto, por direitos políticos – uma luta universal pela igualdade política. O segundo momento do feminismo no Brasil teria nascido durante o clima político do regime militar no início dos anos 1970, o qual foi uma síntese tanto da desvalorização e da frustração de cidadania no país e a terceira onda referida à forte participação das mulheres brasileiras em todo o processo de redemocratização e na construção daquilo que Pinto identifica como uma espécie de “feminismo difuso” e com maior ênfase ainda sobre processos de institucionalização e discussão das diferenças intragênero (ou seja: entre as próprias mulheres) (MATOS, 395).

movimentos como movimento de mulheres negras, lésbicas e mulheres que trabalhavam no campo e indígenas (MATOS, 2010). É justamente nesse período que emerge a presença das indígenas em um movimento étnico (Costa e Souza, 2015, p.395).

Ortolan Matos (2012) apresenta que a formação de organizações femininas estava relacionada com a crescente ampliação e diversificação da atuação das organizações indígenas no contexto da política indigenista do Estado brasileiro e também da política de financiamento, que tiveram como consequência a abertura de espaços próprios às questões de gênero. Dessa forma, mulheres indígenas foram assumindo postos de liderança em departamentos e organizações que tratavam especificamente das questões envolvendo as “mulheres indígenas” (ORTOLAN MATOS, 2012).

A participação feminina na luta pelas pautas reivindicatórias mais gerais e sua crescente atuação na formação de organizações específicas de mulheres e de Departamentos de Mulheres em organizações do movimento indígenas, em conjunto com parcerias e diálogos com diferentes agências e agentes governamentais e não-governamentais e cooperação internacional para o desenvolvimento, fizeram com que as mulheres conquistassem cargos políticos, participação em projetos de etnodesenvolvimento que apoiassem suas atividades, e fizeram com que a transversalidade de gênero e etnia perpassassem por vários programas e projetos do governo (SACCHI, 2012).

Nesta década, outras organizações de mulheres passaram a assumir um papel de destaque dentro do movimento indígena como a Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM), os Departamentos de Mulheres da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN/ FOIRN) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (DMIAB/COIAB), entre outras.

Em 1999, foi criada a Organização de Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), que no ano de 2000 constituíram uma sala, com apoio da NORAD, na sede do Conselho Indígena de Roraima (CIR). A estrutura da organização é constituída por Assembleia, Coordenação Ampliada, Coordenação Regional e Conselho Fiscal.

O Brasil, neste período, tinha 34 organizações de mulheres indígenas em 14 estados brasileiros, a maior parte delas concentrada no estado da Amazônia, com 18 organizações. Encontramos organizações indígenas nos seguintes estados: Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Bahia,

Ceará, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Amapá, Roraima, Acre e Amazonas. Na região de atuação política da APOINME, foram criadas três organizações indígenas nos estados de Ceará, Sergipe e Minas Gerais (DE PAULA, 2008)

Em 2000, no Nordeste surge O Comitê Inter-Tribal de Mulheres Indígenas (COIMI), em Alagoas. Ele foi criado em uma reunião que contou com 21 mulheres e o oficializaram. O Comitê tem por principal objetivo fomentar a organização e o associativismo feminino na luta pela saúde, educação, autossustentabilidade e contra a violência de gênero, envolver e articular mulheres indígenas da região Nordeste⁴. O papel do COIMI como articulador foca na criação de programas de autossustentabilidade para as mulheres indígenas e participa dos conselhos nacionais de políticas públicas da região Nordeste.

A Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) reuniu-se em Assembleia Ordinária realizada em maio de 2001, em Santarém (PA) e é colocado como encaminhamento a criação de uma instância nacional para tratar das questões das mulheres. Esse departamento se configuraria como o primeiro espaço institucional específico para as demandas das mulheres indígenas (VERDUM, 2008).

No mesmo encontro foi, também, encaminhada a necessidade de articulação de um encontro nacional de mulheres indígenas, onde as associações indígenas AMARN e Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawe (AMISM) ficaram responsáveis por dar curso a este processo organizativo que teve como resultado um encontro de mulheres na Amazônia.

Em junho de 2002, foi realizado o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira com financiamento da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad). Nesse encontro foi criado o primeiro Departamento de Mulheres Indígenas do Brasil, um departamento integrante da COIAB, pois observou-se que, até aquele momento, não existia uma organização nacional de mulheres indígenas. O Departamento nasceu com o objetivo de defender os direitos das mulheres indígenas dentro do movimento indígena e organizá-lo em forma de demanda para políticas públicas específicas para mulheres.

⁴ Maninha Xukuru – Mulher 500 anos atrás dos panos. Disponível em: <<http://www.mulher500.org.br/maninha-xucuru-seculo-xx/>> Acesso em 20 de Julho de 2018.

Houve o II Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, ocorrido em Manaus no ano de 2003. Lá foi possível apresentar suas principais pautas tais como: o combate à violência, estupro e prostituição; a revalorização da identidade étnica; a maior articulação e participação política das mulheres, através do apoio dos homens indígenas das organizações, lideranças tradicionais e esposos e dos órgãos indigenistas; a busca de treinamento e capacitação para exercerem suas atividades e recursos financeiros que possibilitassem levar adiante seus projetos (SACCHI, 2003, p.100-101).

Somente em 2006, entre os dias 1 e 2 de Abril foi organizado o primeiro encontro de mulheres indígenas de abrangência nacional, que ocorreu em Brasília. O Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB esteve à frente do processo organizativo das demais regiões. Como estratégia organizativa reuniram-se com outras lideranças de mulheres pelo restante do país. Esse encontro aconteceu com recursos advindo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).⁵ Neste encontro as mulheres pensaram as várias formas e meios que teriam para se organizarem enquanto movimento político. A forma encontrada pelas participantes do Nordeste foi que o COIMI fosse articulador desse processo organizativo na região.

De maneira geral, as demandas apresentadas, no início dos anos 2000 tem demonstrado a unificação das vozes do movimento de mulheres indígenas com o movimento indígena nacional e ao mesmo tempo desenvolvendo uma prática e um discurso na perspectiva do gênero. Explicitando as dificuldades de participação tanto dentro de suas comunidades com lideranças masculinas, quanto fora com o Estado e a sociedade não indígena. Outras dificuldades encontradas foram a dificuldade na participação na tomada de decisões, falta de recursos, capacitação e experiência organizativa (SACCHI, 2003).

O COIMI na época de sua fundação realizou oficinas e seminários que buscaram capacitar e fortalecer o movimento de mulheres. O primeiro Seminário Regional realizado pelo COIMI, foi em 2005, no qual discutiram “Gênero” e associativismo e potencialidades produtivas. O comitê também se deslocava para realizar atividades de capacitação em outros estados do Nordeste.

A relação do Comitê com o Ceará se estreita com uma oficina facilitada pelo

5 As informações referentes ao I Encontro Nacional de mulheres indígenas foram retiradas da ata do Encontro que pode ser acessada no Livro Mulheres Indígenas e Políticas Públicas de Verdum.

COIMI, em julho de 2005 no Ceará. As etnias que participaram desse momento foram os Pitaguary, Jenipapo Kanindé e Tremembé. Nesta oficina as mulheres relatavam suas potencialidades e dificuldades. Como potencialidades dos três povos que estava participando foram o bordado, o artesanato, a natureza, a dança e apoio das lideranças mais antigas. As dificuldades na maioria dos casos estavam relacionadas às questões de parceria com o governo e falta de transporte dos produtos ou de transporte para escola, escassez de pontos de atendimento de saúde e a regularização das Terras Indígenas.

No Ceará, no entanto, desde 1995 havia uma cacique indígena mulher e, em 2002, foi criada a Associação de Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK) em decorrência da liderança de Cacique Pequena, Maria de Lourdes da Conceição Alves. Ela foi eleita em 6 de março de 1995. De acordo com seus relatos, os índios de sua aldeia a puseram no centro de um círculo e disseram que ela era a chefe da aldeia e a queriam como administradora dos bens da comunidade. Ela se tornou a primeira cacique mulher do estado. Antunes (2008) aponta que a cacique foi escolhida por seu espírito de liderança e suas iniciativas demonstradas em reuniões internas e em assembleias dos povos indígenas do Ceará.

A AMIJK foi a primeira organização exclusiva de mulheres no Ceará, tendo em vista que em seu Estatuto de Fundação aparecem claras manifestações de diferenciações entre homens e mulheres. Isso pode ser bem observado quando o estatuto impõe a condicionalidade de ser mulher para se tornarem associadas e se intensifica quando o estatuto deixa claro que os cargos de direção deveriam ser ocupados por mulheres, ainda que os homens pudessem estar presentes nos espaços de discussões (ANTUNES, 2008).

I Encontro das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé, foi realizado na Lagoa da Encantada, nos dias 07, 08 e 09 de abril de 2006. Em três dias, as mulheres conseguiram mobilizar vários setores da sociedade em favor de suas demandas como o direito da mulher, a educação de qualidade, a saúde e a demarcação da Terra Indígena. Estiveram presentes muitos representantes de outros povos indígenas cearenses e de Organizações Não Governamentais, acadêmicos, políticos e a Imprensa (ANTUNES, 2008).

A autora acrescenta que a AMIJK adquire alta representatividade a ponto de passar a realizar as atividades que eram inerentes ao Conselho Indígena Jenipapo-

Kanindé (CIJK). Era comum as mulheres pautar as questões mais coletivas e convocar assembleias gerais para discutir e encaminhar a luta. Em consequência AMIJK tira o foco de sua primeira missão que é lutar pelos direitos das mulheres indígenas, por priorizar a garantia dos direitos do povo (ANTUNES, 2008).

Mesmo com a existência da AMIJK, ainda não havia no Ceará uma organização específica de mulheres que as organizassem estadualmente. Essa organização só chega a ser criada em 2007 no primeiro encontro estadual de Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE). Voltaremos a tratar dessa organização mais a frente.

Departamento De Mulheres Indígenas Na Articulação De Povos E Organizações Indígenas Do Nordeste, Minas Gerais E Espírito Santo (APOINME)

Antes de apresentar o surgimento do Departamento de Mulheres Indígenas na APOINME é necessário fazer uma breve recordação sobre o diferencial dos povos indígenas no Nordeste e apresentar um pouco da história da APOINME, focando na sua origem e seus principais objetivos enquanto organização política.

Os povos indígenas do Nordeste, em virtude da comparação com os povos indígenas do Norte sofreram discriminação por se diferenciarem destes. Pois os índios do Norte seriam culturalmente mais diferenciados e, portanto, seriam “verdadeiramente índios”. Os índios do Nordeste foram discriminados e invisibilizados pela população não-indígena e pelas pessoas que se diziam donos das terras e interessados nas terras (COSTA E SOUZA, 2015).

Em 1990 surge a Comissão e Articulação dos Povos Indígenas do leste/nordeste como consequência do período de redemocratização do Brasil. Prosseguindo com o movimento, em 1995, os povos indígenas do Nordeste se reúnem IV Assembleia Geral em Belo Horizonte- MG, onde é fundada a APOINME.

A APOINME surge com o objetivo de articular os povos indígenas do leste e Nordeste na defesa dos direitos conquistados na constituição brasileira e direitos coletivos. Destacando-se as reivindicações por territórios tradicionais indígenas e políticas públicas diferenciadas no que se refere a saúde, educação, desenvolvimento e sustentabilidade.

Atualmente a APOINME representa mais de 70 povos indígenas⁶ e é

⁶ Dados encontrados no site da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=901&Itemid=571. Acesso em: 13 de Setembro de 2018.

considerada a segunda maior organização indígena no país, representando mais de 150 mil indígenas (OLIVEIRA, 2010). Por mais de 10 anos a APOINME esteve localizada em Palmeiras dos Índios-AL, Terra Indígena Xukuru-Kariri, mas hoje encontra-se em Olinda, PE. A estrutura da APOINME é composta por três coordenadores gerais mais a Coordenadora do Departamento de Mulheres (OLIVEIRA, 2010).

Existem registro de que no início dos anos 2000 já haveria acontecido primeiro Encontro de Mulheres do Nordeste e um banco de dados constando mais de 28 organizações de mulheres indígenas do Nordeste e mais 7 estavam sendo criadas, mesmo com pouca discussão de gênero e com pouco apoio financeiro para a divulgação e fortalecimento das organizações. Antes dos anos 2000 estas mulheres já participavam de Assembleias Regionais.⁷

O Primeiro Encontro Regional das Guerreiras Indígenas do Leste e Nordeste, ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2006, em Salvador-BA. Estiveram presentes 80 mulheres e 20 homens representando mais de 40 etnias que se localizam no território representado pela APOINME. Além do Centro de Cultura Luís Freire (CCLF), Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) e DED. Nesse encontro, foi possível apresentar organizações de mulheres indígenas existentes no Nordeste e pensar formas de fortalecê-las.

No ano de 2007, a APOINME realiza a primeira Assembleia Leste/Nordeste de Mulheres indígenas, em Ribeirão das Neves-MG. Neste encontro apresentou-se o diagnóstico dos Estados Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Bahia, Paraíba, Minas Gérias e Espírito Santo. Este diagnóstico foi feito com parceria com CCLF, nele constavam informações de todos estes estados referentes a questões de saúde, educação, movimento indígena, terra, entre outros. Nesta Assembleia, é escolhido o dia 11 de Outubro como Dia Regional da Mulher Indígena.

Nesse mesmo encontro foi escolhido o nome de Ceíça Pitaguary para representar todas as mulheres indígenas da APOINME no Departamento de Mulheres Indígenas (DMI). Este DMI nasce com o objetivo de articular e reunir as mulheres indígenas na busca de garantir mais espaço dentro do movimento indígena.

O Departamento está articulado com outros departamentos e organizações de mulheres indígenas, como o DMI da COIAB, o DMI da Articulação de Povos Indígenas da Região Sul, a OMIR, Conselho de Mulheres Indígenas Potiguara (COMIP), a

7 Informações retiradas do Relatório do 1º Encontro Nacional de Mulheres Indígenas.

Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE), Organização das mulheres indígenas Xukuru Kariri (OMIXUK) e Organização das Guerreiras Indígenas Kambiwa (OGIK).

O surgimento de um departamento para tratar de gênero dentro da APOINME está relacionado com os seguintes aspectos: a trajetória de militância política de lideranças indígenas na política indígena estadual e ao trabalho de militância de mulheres indígenas no Nordeste; o interesse crescente, na esfera nacional e internacional, pela questão de “gênero” entre as mulheres indígenas.

No cenário indígena brasileiro, para falar sobre o trabalho das guerreiras Indígenas e sua organização é preciso primeiramente fazer menção a quatro grandes lideranças mulheres: Maninha Xukuru Kariri, Quitéria Binga, Zenilda Xukuru e Cacica Hilda Pankararu. Elas são o exemplo de que o movimento de mulheres indígenas não é novo, pois sempre existiram mulheres que conduziram seus povos sem ter a preocupação de que existisse um movimento específico. [...] O que se tem hoje é fruto da caminhada e da luta dessas bravas guerreiras (Ceíça Pitaguary).

Os nomes das lideranças femininas citadas acima são presentes em vários relatos dos índios do Nordeste como símbolo de força e resistência. Nesse sentido, apresentaremos um pouco da atuação política dessas mulheres, buscando apresentar suas contribuições para o movimento indígena.

Quitéria Binga: Maria Quitéria de Jesus, mais conhecida como Quitéria Binga, assume sua primeira liderança ao final da década de 1970. Ela deixou alguns legados para os povos indígenas, principalmente aos Pankararu, a etnia da qual fazia parte. Dois marcos se destacam na sua trajetória de luta. O primeiro é a conquista da primeira creche indígena localizada na área indígena, onde, atualmente, funciona a Escola Estadual Quitéria Binga. O segundo marco foi a conquista da casa de parto, onde ela atuou por muitos anos como parteira.

Quitéria Binga, mesmo não sabendo ler e escrever teve grande participação em projetos das universidades do Nordeste, participando de encontros regionais e nacionais para debater questões indígenas relacionadas a educação, saúde e principalmente sobre as terras indígenas. Ela era conhecida nacional e internacionalmente e debatia questões fundiárias nacionais. Existem relatos indígenas de Quitéria Binga ser uma das principais personagens responsáveis por furar os bloqueios para defender os direitos indígenas nas constituintes, durante a década de 1980.

Entre o Pankararu é muito comum que se fale em dons e Quitéria era reconhecida por ter alguns deles, pelos quais se acredita ser responsável por torná-la uma grande liderança do povo Pankararu. O primeiro dom, colocado por Santos (s/d), era o de “pegar menino” referindo-se ao trabalho de realizar partos, chamava-se assim, porque ela não se considerava uma parteira pois sua técnica era advinda de outras gerações de sua família. Depois de um certo período de luta Quitéria ou Dona Quitéria como era conhecida entre os Pakararu, conseguiu com que a FUNASA junto a FUNAI e em parceria com a ONG Saúde Sem Limites (SSL) prestassem uma formação técnica sobre biomedicina para auxiliar as parteiras indígenas em suas comunidades, principalmente as que atuavam enquanto agentes de saúde.

Outro dom de Dona Quitéria era o de cantar. Esse dom exigiu dela um pouco mais de esforço, mas a partir do momento em que aprendeu, os Encantados permitiram-lhe desenvolver o dom. E por último e que lhe tornou conhecida fora de sua comunidade foi o dom de lutar e liderar, do qual exerceu importante papel na luta pela demarcação das Terras Indígena Pankararu e lutou pela educação, pois via na educação a possibilidade de perpassar os saberes tradicionais e a possibilidade de driblar as burocracias para conseguir suas terras. Quitéria foi esposa, mãe, avó e bisavó. Viveu durante 82 anos e faleceu devido a complicações da diabetes.

Zenilda Xukuru: considerada matriarca do Povo Xukuru, em Pesqueira é uma das principais lideranças de seu povo tendo enfrentado bastante lutas ao lado de seu marido, Cacique Xicão que foi assassinado em um dos conflitos dos indígenas com os fazendeiros da região. Zenilda, após o falecimento de seu companheiro, lidou com o luto e com a criminalização, recebendo três mandados de prisão. Era acusada de ser a mandante do crime de seu marido em conjunto com mais dois índios que teriam interesses políticos dentro da aldeia. Dona Zenilda fala que sofreu essa acusação, devido aos fazendeiros perceberem que matar não seria o suficiente para conter a luta de seu povo.

Passados dois anos da morte do Cacique Xicão, Zenilda relata ter entregado seu filho para ser o novo cacique dos Xukuru, pois o Pajé teria enxergado a luz nele e ela compreendeu que a Mãe Terra teria escolhido seu filho para esta função, então não teria como negar. Zenilda tornou-se exemplo de força para as mulheres indígenas de sua comunidade, e exemplo de fé nos Encantados e em Deus (SANTANA, 2012). Ela dizia:

“Deus me deu essa tarefa: a libertação do meu povo. Entreguei meu marido e meu filho pela causa porque quem nasceu pra morrer lutando não vai morrer parado”.

Zenilda é formadora de lideranças femininas em sua comunidade. Segundo Machado (2012) mesmo sem ser cacique Dona Zenilda, exerce um papel de liderança dentro da sua comunidade. Além de ser uma liderança importante na comunidade, Zenilda também é considerada uma guardiã das curas e dos mistérios da mata. Em uma das entrevistas feitas com ela sobre o desafio das mulheres indígenas dentro do movimento indígena ela relata o seguinte:

Cacique Hilda: mais conhecida como Cacica Hilda, nasceu em Terra Indígena Entre Serras Pankararu, em Petrolândia, sertão de Pernambuco. Hoje tem 78 anos de idade. Entrou no movimento indígena após uma parte dos índios (33 lideranças, segundo a cacica Hilda) negociarem junto a FUNAI aproximadamente 8 100 hectares de terra do Povo Pankararu, justamente a terra em que morava. Ela lidera seu povo como cacica a mais de 40 anos. Ela foi responsável por liderar uma das mais importantes retomadas de seu povo contra fazendeiros e posseiros. Schillaci (2012) relata que a Cacica ficou bastante conhecida por isso.

Por sofrer ameaças em decorrência da sua luta em defesa dos povos indígenas, em destaque pela Terra Indígena, a cacica fazia parte do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Pernambuco (PEPDDH). Mesmo com todas as criminalizações a cacica tem como base para renovação de suas forças a espiritualidade e a luta do seu povo.

Maninha Xukuru- Kariri : Etelvina Santana da Silva, mais tarde conhecida como Maninha Xukuru Kariri nasceu em Palmeira dos Índios, no interior de Alagoas. Maninha é de uma família de guerreiros. A fama de família guerreira deve-se ao fato de seu avô, o cacique Alfredo Celestino, junto a outras lideranças percorrerem vários quilômetros para cobrar as terras que foram roubadas por latifundiários.

Na sua juventude tentou viver fora de sua comunidade para se formar em medicina, objetivando ter uma vida mais confortável. Em vídeo autobiográfico, Maninha-Xukuru relata que mal conseguia pagar o cursinho pré-vestibular e essa foi uma das razões de ter desistido dessa caminhada fora da sua aldeia. Maninha conta que foi longe de seu povo que se deu conta da sua condição de indígena e percebeu que o seu lugar era na luta com seu povo.

Segundo Kambiwá (2012), ela foi a primeira mulher dirigente da APOINME, fez parte do grupo de fundação da APOINME, permanecendo na função durante 16 anos. Durante esse período ela teve que se impor para fazer valer suas ideias, pois passou por preconceitos ocasionados pelo fato de ser a única mulher na coordenação. Esteve à frente na luta pela terra de seu povo e organizou vários processos de retomada por todo o Nordeste e, de acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Maninha Xukuru trouxe a pauta da mulher para o movimento indígena.

A liderança foi indicada em 2000 por sua trajetória e defesa de justiça e paz, ao projeto “100 mulheres para o prêmio Nobel da paz”. Este projeto tinha como objetivo homenagear mil mulheres que através de suas experiências contribuíram com estudos dos conflitos e na criação de políticas pela paz. Maninha faleceu em 2006 justamente na data em que as terras conquistadas em sua liderança completavam vinte anos e lá foi enterrada. O cacique dos Xukuru-Kariri, seu tio, relembrou os feitos de Maninha Xukuru como exemplo para a resistência dos Povos Indígenas.

O Nordeste Indígena é marcado por lideranças femininas que exerceram participações essenciais para organização e conquistas do movimento de luta em defesa dos direitos coletivos. São trajetórias de vida que passam de geração a geração e servem de inspiração para resistir aos ataques a seus direitos e de força para organizar o papel das mulheres na luta.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES INDÍGENAS NO CEARÁ

Como foi observado nos pontos anteriores existia no Ceará, desde 2006 a AMIJK. No entanto, o Primeiro Encontro de Mulheres Indígenas do Ceará ocorreu nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2007, na Casa de Apoio localizada em Monguba. O Encontro foi realizado com o apoio do Centro de Defesa E Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH). Este evento encaminhou a criação de uma associação específica para estas mulheres. Levou-se em consideração a articulação que o movimento indígena em organizar a força das mulheres.

Foi relatado que houve um encontro de mulheres da APOINME que sugeria a criação de organização de mulheres nas aldeias e a necessidade percebida de criar uma organização apenas de mulheres em uma reunião acontecida na comunidade dos Jenipapo-Kanindé e outro em Palmeira dos Índios em Alagoas, no qual algumas mulheres indígenas cearenses trouxeram a discussão da pauta para o Estado do Ceará. Um dos

argumentos utilizados para a criação dessa organização era a notoriedade da participação feminina como personagens importantes no cenário indígena, como a Cacique Pequena e a Pajé Raimunda Tapeba.

Foi uma ideia a qual as mulheres iam viajar pra Alagoas, se eu não me engano, e lá por conta de um problema que aconteceu lá essas mulheres não foram mais. Aí nessa reunião que elas tiveram lá, elas perceberam que a gente tinha que se organizar enquanto mulheres. A gente não tava organizada enquanto associação, precisava fortalecer mais as mulheres nas bases. Até, porque, então a gente via que tinha bastante participação das mulheres nos eventos, mais ao mesmo tempo tinha aquelas discriminação, né? Aí a gente começou a perceber isso. Nós aqui da Monguba juntamente com o centro de defesa conseguimos um orçamento para fazer a Assembleia de Mulheres Indígenas do estado do Ceará. Aí nessa Assembleia saiu a proposta de se criar a AMICE (Entrevista com Rosa Pitaguary, junho de 2018).

Rosa Pitaguary, atual Presidente da AMICE, como pode ser observado em sua fala, acrescenta outro argumento como a participação das mulheres indígenas nos eventos políticos, ainda que não estivessem organizadas em torno de uma organização específica de mulheres. Rosa, continua sua argumentação:

A gente também quer ter nossos direitos e nossos espaços até porque, de uma certa forma, as mulheres carregam mais responsabilidades do que os homens. A educação dos filhos somos nós, os repasses das culturas, não são os homens que repassam para os filhos, são as mulheres que fazem esse repasse. Então, Nós achamos que nossas responsabilidades são maiores que as dos homens (Entrevista com Rosa Pitaguary, junho de 2018).

Nesse sentido, foi criada a Articulação de Mulheres Indígenas no Ceará (AMICE). A qual iniciou sua existência com o objetivo de articular as mulheres estadualmente, levar informações, buscar projetos, reivindicar os direitos das mulheres. Esta organização surgiu articulada com a APOINME e a Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE). A AMICE autocaracteriza-se como uma organização do movimento indígena, que se constitui como associação civil, sem fins lucrativos, de personalidade jurídica de direito privado, sem vinculação político-partidário nem religiosa.

Na ocasião, escolheram a diretoria, na qual Rosa Pitaguary, por unanimidade, foi eleita como presidente da AMICE e Eliane Tabajara como sua vice-presidente. Durante este encontro também foram escolhidas três mulheres para estarem representando o Ceará na APOINME e deveriam atender aos seguintes critérios preestabelecidos: ter disponibilidade, participar do movimento indígena, ter uma visão

ampla sobre a luta das mulheres e dos outros povos, representar o movimento indígena de mulheres em qualquer evento ou situação e por último, ter compromisso com a causa. Para esta função foram escolhidas as seguintes pessoas: Ceiza Pitaguary e como suas suplentes ficaram Rosa Pitaguary e Salete Tapeba.

Neste Encontro, aconteceram grupos de discussões que tratavam de vários temas relacionados às mulheres indígenas tais como: a discriminação sofrida pelas mulheres indígenas, a visão da mulher indígena na luta pela educação, violência contra a mulher, a visão da mulher indígena na luta pela terra e os avanços e dificuldade das mulheres indígenas no mercado de trabalho.

O primeiro Estatuto da AMICE é construído em outubro do mesmo ano de sua criação, em assembleia extraordinária com apoio financeiro da APOINME e com a presença de Ceiza Pitaguary, coordenadora do Departamento de Mulheres na APOINME. No Estatuto da AMICE pode-se atentar para seus objetivos, tais como quem pode se filiar a organização, direitos e deveres das filiadas, a estrutura organizacional e a descrição das funções conselhos, e de cada atividade que deve ser desempenhada pela diretoria. A diretoria da AMICE é composta por presidente, vice-presidente, primeira-secretária, segunda secretária e conselho fiscal. Apesar de ser uma organização específica para mulheres, durante sua assembleia de fundação contou com a presença masculina, tanto de índios quanto de representação de organizações de apoio.

Os principais objetivos que constam no Estatuto da AMICE estão relacionados ao fortalecimento do movimento de mulheres indígenas no Ceará, realização de cursos e palestras de formação política, desenvolvimento de programas de sustentabilidade econômica de acordo com interesses das mulheres indígenas, promoção da luta das mulheres e sua organização social, cultural, econômica e política nas áreas de gênero, educação, saúde, território e preservação do meio ambiente.

A AMICE realiza assembleias estaduais a cada dois anos para definir uma nova diretoria, apresentar relatórios financeiros e de atividades, apresentar qualquer possível desvio de dinheiro ou descumprimento de deveres das associadas para serem discutidas durante o encontro e, se necessário, sugerir e aprovar alguma alteração no Estatuto da Articulação.

A AMICE também participa de encontros regionais ou nacionais, representada na figura de sua presidente ou outra mulher indicada por ela. Existem

registros de participação em oficinas de capacitação em Brasília e participação em Encontro de Mulheres. Ela também organiza este mesmo tipo de evento no Ceará com o objetivo de fortalecer as mulheres das bases⁸. Um dos exemplos são os seminários de mulheres indígenas que tratam de assuntos como a Lei Maria da Penha se aplica na realidade indígena, que aconteceu ainda em 2009, ou recentemente com uma manifestação contra o feminicídio ocorrido na Aldeia Pitaguary de Monguba - Ce.

Atualmente, cada etnia no Ceará, tem uma organização de mulheres, mas nem todas estão organizadas como pessoa jurídica (CNPJ) e todas estas organizações estão articuladas com a AMICE. A Articulação participou ativamente na formação de cada organização, fazendo viagens e explicando a importância do fortalecimento da organização de mulheres.

Durante seus 11 anos de existência a Articulação feminina contou com duas coordenadoras Rosa Pitaguary que foi eleita três vezes seguidas em Assembleia como presidente da AMICE. Em 2013, outra indígena é escolhida para desempenhar a função, que foi Abida (Cacique Jurema) Jenipapo Kanindé. E, em 2016, aconteceu outra assembleia em que Rosa Pitaguary volta a assumir a presidência da AMICE.

Rosa esteve presente na formação de várias organizações de mulheres devido os encaminhamentos da AMICE. Algumas organizações se preocuparam em ter CNPJ como a Associação de Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé (AMIJK), Associação de Mulheres Indígenas Pitaguary (AMIPY) e Associações de Mulheres Indígenas dos Tapeba e dos povos indígenas de Poranga.

Atualmente temos os seguintes grupos de mulheres indígenas no Ceará: Conselho de Mulheres Potyगतapuia, Grupo de Mulheres Potyгуara na Revitalização da Cultura local, Grupo de Mulheres da Viração, Grupo de Mulheres Tapuya Kariri, Grupo de Mulheres Potyгуara da Lagoinha, Grupo de mulheres Tabajara de Quiterianópolis (desarticulado), Articulação das Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça – AMITK (desarticulado), Articulação das Mulheres Indígenas da Aldeia Cajueiro, Grupo de Mulheres Pitaguary, Grupo de espiritualidade feminina Pitaguary, Articulação das

8 Mulheres indígenas que não estão diretamente ligadas ao movimento indígena, ou que não tenham a participação de maneira muito forte.

Mulheres Indígenas Tapeba – AMITA, Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé AMIJK, Grupo de Mulheres Tremembé Cunhã Porã.

De acordo com o diagnóstico da situação das organizações indígenas no Ceará, desde a constituição da AMICE as mulheres vêm conquistando mais espaço nas assembleias e buscando representações femininas nas gestões e vagas para as mulheres em conferências. Uma das mulheres que compõe a AMICE, hoje faz parte do projeto Voz das Mulheres da ONU. Existem registros de que nos últimos anos houve um enfraquecimento das atividades da AMICE devido a problemas financeiros de seus parceiros como a APOINME, CDPDH, E A COPICE.

Conclusão

O presente estudo encontra-se em andamento. Até este momento, podemos observar que antes da organização de mulheres indígenas em Departamentos de Mulheres e associações a sua participação política já era uma realidade. Isto pode ser observado quando elas apresentam os nomes de suas antepassadas como inspiração para suas atuações políticas. Vale ressaltar, que essas mulheres que se tornaram referência dentro do movimento indígena atuavam dentro de suas comunidades e mesmo assim, influenciaram na criação de organizações de mulheres que tem a maioria de suas atuações em espaços públicos.

As pautas dos movimentos de mulheres indígenas estão intimamente relacionadas às pautas coletivas como os direitos a terra, a educação e saúde. Como pauta específicas tem a saúde da mulher indígena, a maior participação das mulheres no movimento indígena e numa política de autossustentabilidade das mulheres.

Referências

ANTUNES, Ticiania de Oliveira. **Construção étnica e políticas públicas:** mobilização, política e cultura dos índios Jenipapo-Kanindé do Ceará. Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2008.

COSTA, G. C.; SOUZA, R. C. A. Caciques Mulheres E Construção De Territorialidades No Vale Sanfranciscano – Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII - Edição especial - Dezembro de 2015** Salvador, BA – p. 377 – 407.

DE PAULA, Luís Roberto. A organização institucional do Movimento das Mulheres Indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar. In: **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília, Inesc, 2008.

KAMBIWA, Francisca. Um pouco da história do nosso movimento. In: **Guerreiras: A Força Da Mulher Indígena**. DEZEMBRO de 2012.

Maninha Xukuru – **Mulher 500 anos atrás dos panos**. Disponível em:

<http://www.mulher500.org.br/maninha-xucuru-seculo-xx/> Acesso em 20 de Julho de 2018.

Mulheres Indígenas em Pernambuco. Primeiros movimentos. Centro de Cultura Luís Freire. Olinda-PE, 2008.

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>>. Acesso em 03/08/2018.

OLIVEIRA, Kelly. **Estratégias sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da APOINME.** Tese (Doutorado), UFPE, Recife, 2010.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. **Gênero e povos indígenas**. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/ FUNAI, 2012. p. 140 – 171.

SANTOS, Bartolomeu C. (Pankararu) **Biografia de Quitéria Binga.** Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/quiteria-binga/> Acesso em 25 julho de 2018.

SACCHI, Angela. **Mulheres Indígenas e Participação Política: a discussão de gênero dentro das organizações de mulheres indígenas.** *Revista Antropológicas*, ano 7, v. 14, n.1, 2003. p. 95-110.

SCHILLACI, Manuela. “A gente tem aquela fé que sai da terra e dos espíritos da mata” In: **Guerreiras: a força da Mulher indígena.** 2012

VERDUM, Ricardo. **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas.** Brasília, Inesc, 2008.

Documentos

Cartilha Setsô- Setsônika- Índio. Índia. Comitê Inter-Tribal de Mulheres Indígenas, Alagoas, 2005.

Diagnóstico e Estudo da linha de base, Projeto Fortalecendo a Autonomia Político-Organizativa dos Povos Indígenas. Orgs. ADELCO, Esplar, e União Europeia, 2017. Estatuto da AMICE, Fortaleza-Ce.

Relatório do Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, Brasília- DF, 2006.